

## XII-012 – POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AS ÁREAS DE RISCO NA CIDADE DE GOIÂNIA, BRASIL

**Karla Alcione da Silva Cruvinel<sup>(1)</sup>**

Graduada em Engenharia Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO), Mestra em Engenharia do Meio Ambiente pela Escola de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás (EEC/UFG), Docente na EEC/UFG e Doutoranda em Ciências Ambientais pela UFG.

**Klebber Teodomiro Martins Formiga**

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC/USP). Docente na Escola de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás (EEC/UFG).

**Evaldo de Melo Ferreira**

Graduado em Saneamento Ambiental pelo Instituto Federal de Goiás (IFG), Mestre em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental pela Escola de Engenharia Civil da UFG (EEC/UFG), Doutorando em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (EE/UFMG) e Pós-Graduando Lato Sensu em Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos pela EEC/UFG.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Praça Universitária, S/N – Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: Endereço(1): Praça Universitária, S/N – Setor Leste Universitário - Goiânia- GO - CEP: 74605-220 - Brasil - Tel: (62) 3209-6187 - e-mail: karlaalcione.ufg@gmail.com

### RESUMO

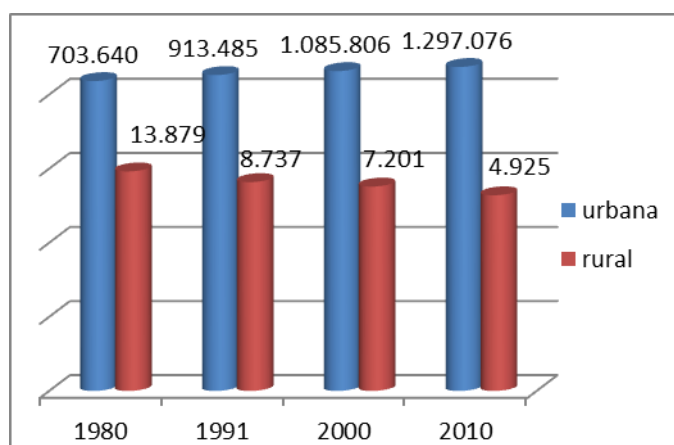
A cidade de Goiânia, assim como as grandes cidades brasileiras enfrenta problemas de ocupação irregulares, também chamadas de áreas de posse. Provenientes de um intenso crescimento demográfico e ausência de planejamento e controle do uso e ocupação do solo, os fundos de vale tem sido ocupados, normalmente, pela população mais pobre, que sofre com desastres naturais nessas áreas. Foi realizado neste trabalho um levantamento das áreas de risco na cidade de Goiânia e das políticas públicas habitacionais voltadas a estas áreas, a fim de se obter a abrangência de atendimento destes programas para estes locais. O estudo inicial apresentou a existência de 17 locais no município de Goiânia cadastradas como áreas de risco pela Coordenadoria Executiva da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC. No entanto, em consultas a documentos da Secretaria Municipal de Habitação de Goiânia foi possível verificar a existência de mais áreas com essas características. O que caberia afirmar a existência de um número considerável de pessoas vivendo nesses locais, sem nem ao menos, terem sido identificadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Drenagem urbana, saneamento básico, sistemas antropizados.

### INTRODUÇÃO

Não diferente desta realidade, a urbanização em Goiânia também traz desafios a serem resolvidos. Nesta cidade esse processo se iniciou na década de 1930, quando da sua fundação, sendo que, o processo de expansão urbana tem expressão a partir de 1950, quando houve um aumento considerável de parcelamentos do solo, em torno de 160 aprovados nesta década. Os proprietários dos loteamentos não eram obrigados a realizar a infraestrutura e o custo desta intervenção era de inteira responsabilidade do poder público, favorecendo desta forma a ocorrência de moradias em áreas precárias (MOYSES *et al.*, 2008).

É certo que havia a necessidade de abrir novos loteamentos, uma vez que começou um processo migratório na cidade de Goiânia devido a grande procura por moradias por pessoas vindas da zona rural (Figura 1), de pequenas cidades do Estado e ainda de outros estados como, Bahia, Maranhão e Minas Gerais (OLIVEIRA *et al.*, 2010).



**Figura 1: Gráfico da População urbana e rural em Goiânia. Fonte: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN).**

O resultado foi um intenso crescimento demográfico em Goiânia, conforme apresentado no Quadro 1, gerando uma série de problemas sócio-territoriais decorrentes da ausência de planejamento e controle do uso e ocupação do solo o que implicou em crescimento desordenado e, fundamentalmente, em ocupações de áreas de fundo de vale. Tais ocupações, geralmente pela população mais pobre, embora também em alguns bairros nobres, constituem um dos mais graves problemas sofridos pela cidade de Goiânia devido a ocorrência de enchentes e inundações.

As inundações, enchentes e escorregamentos são os eventos que mais promovem catástrofes no Brasil. Somente em 2008 houve quase 1,8 milhões de pessoas afetadas por desastres hidrológicos (SIMÕES, *et al.*, 2012). Em Goiânia, segundo levantamento realizado pela Defesa Civil do Município de Goiânia no ano de 2013, existem atualmente 17 áreas enquadradas na categoria de áreas de risco no município e, desse total, 12 sofrem com inundações, alagamentos e enchentes no período chuvoso.

**Quadro 1: Crescimento populacional de Goiânia nas últimas décadas. Fonte: IBGE e SEGPLAN.**

Crescimento Populacional		
Censo	População	%
1940	48166	-
1950	53389	10,80%
1960	151013	182,90%
1970	380773	152,10%
1980	717526	88,40%
1991	922222	28,50%
2000	1093007	18,50%
2010	1302001	19,10%

A população que vivia nestas áreas de risco foi alvo da atenção dos Programas de Moradia dos anos 2000, do município de Goiânia, sob as diretrizes dos Programas do Governo Federal (COSTA, 2009). Também fizeram

parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), criado no ano de 2007, com foco na prevenção de novos deslizamentos, contenção de encostas em áreas de risco, controle de enchentes e inundações com obras de drenagem, além da redução de áreas vulneráveis a deslizamentos. Estas mesmas ações também estão colocadas no PAC 2, atualmente em andamento. Neste segundo Plano, as ações de prevenção em área de risco possuem um custo estimado, até 2014, de R\$16,89 milhões para o estado de Goiás sendo que já foi investido, entre 2007 e 2010, em drenagem, R\$ 84,47 milhões (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013).

Apesar desses programas, pode-se observar uma demora nas ações que resultam em soluções para as famílias localizadas nas áreas de risco. Estas ações, na maioria das vezes, envolve apenas a remoção das famílias, evidenciando que as políticas públicas não atendem a demanda e necessitam quase sempre de apoio financeiro do Governo Federal. Desta forma a população localizada nestas áreas se tornam susceptíveis aos danos ambientais, de saúde e social, o que despertou o interesse em identificar as políticas públicas habitacionais direcionadas as áreas de risco na cidade de Goiânia, tornando-se assim o objetivo principal deste trabalho.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A metodologia escolhida inicialmente para este trabalho foi a de um estudo exploratório, com levantamento de dados secundários pesquisados em estudos, trabalhos técnicos e publicações das instituições que participam de pesquisas das questões urbanas.

Em seguida, foi realizada consulta aos documentos oficiais da Secretaria Municipal de Habitação de Goiânia e Coordenadoria Executiva da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC. Este levantamento visou a identificação das áreas de risco de Goiânia, o número das edificações existentes nestas áreas, e ainda levantar informações sobre as ações e políticas públicas voltadas ao atendimento das famílias. Buscou-se também relacionar os locais beneficiados com programas habitacionais com as áreas de risco catalogadas pela COMDEC. Avaliando desta forma a inserção das famílias localizadas nessas áreas em programas da prefeitura.

As considerações finais foram desenhadas a partir da interpretação dos dados obtidos na pesquisa bibliográfica e na coleta de informações ao longo de todo o trabalho.

## **RESULTADOS**

Nos últimos anos a prefeitura de Goiânia tem trabalhado em conjunto com o Governo Federal e Estadual em ações de habitação popular, atuando no enfrentamento do problema de moradia, no atendimento a famílias carentes e oriundas de áreas de risco. Os programas visam o assentamento das famílias em casas e apartamentos populares e possuem características diferenciadas. Uma parcela das famílias beneficiadas nos programas da Prefeitura de Goiânia é ocupante das chamadas áreas de posse, também conhecidas popularmente como invasões. Em um levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Goiânia no ano de 2010, foram identificadas 175 áreas de posse urbana em todo o município de Goiânia, sendo algumas localizadas em áreas de risco. Informação complementada pelo levantamento realizado pela Coordenadoria Executiva da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, sendo apresentado o total de 17 áreas de risco no Município de Goiânia. Nestes riscos incluem escorregamentos e deslizamentos de solo, erosão, inundação, alagamento e enxurradas. Com um total de mais de 551 moradias ocupando estas áreas, segundo o próprio diagnóstico da COMDEC, exposto no Quadro 2.

**Quadro 2: Identificação das Áreas de Risco por Inundação do município de Goiânia. Fonte: COMDEC (2013).**

Nº	Setor	Delimitação	Número de Moradias
01	Vila Roriz	Avenida Pampulha e Rua UM – 10, Rua Lucena e Francisco Bibiano	229
02	Vila Maria Rosa	Rua Rosangela Nunes e Rua Ângélica Nunes	20
03	Norte Ferroviário	Margens do Córrego Capim Puba Av. dos Ferroviários	42
04	Setor Urias Magalhães	Avenida Francisco de Araújo e Pampulha	20
05	Conjunto Caiçara	Alameda Iracema Caldas de Almeida Q. 06, Dona M <sup>a</sup> K. de Figueiredo	01
06	Vila Monticely	Fundo da Saneago, próximo ao Rio Meia Ponte. Rua Perimetral e 240	09
07	Vila Romana e Vila Bandeirante	Rua Augusta e Fabiola, Poços de Caldas.	26
08	Setor Perim	Rua SP 15, Viela da Geny e Da Mina	--
9	Invasão Emilio Pova	Lado Direito da Augusto Alves França, R. Dr. Constancio Gomes, DEs. Emilio F. Póvoa, no Crimeia Leste	37
10	S. dos Funcionários	Rua P-7 A quadra P-66	06
11	Vila Coronel Cosme II	Entre a Rua da Paz, Rua Jaó(baixo da via férrea) e Rio Meia Ponte.	20
12	Vila Fernandes	Rua 30-A Qd. 01,02 It. Do 04, 07, 08, 10, 11,13 e 14 próximo ao Ribeirão Anicuns.	06
13	Bairro Capuava	Rua Matadouro Industrial, e Alamedas das Mansões.	--
14	Região Do Córrego Fundo	J. Novo Planalto, Privé Norte, J. das hortensias e Vila Finsocial	--
15	Vila Santa Efigênia	Margens do Córrego Vaca Brava Av. C-6 Qd. 44 (próximo a St <sup>a</sup> Casa e C-6 Qd. 44 (próximo a St <sup>a</sup> Casa e Rua Campinas.	09

<b>16</b>	Setor Grande Retiro	Viela Brasil e Rua São Francisco Ruas GR 1 e 2, Rua São José, Viela 6	96
<b>17</b>	Vila Maria Luiza	Rua Uruguai e Liberdade, Chácaras, 22,23 e 24	30

Em 2004 foi apresentado o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Macambira-Anicuns (DBO ENGENHARIA, 2004), este projeto contemplava a criação de um parque linear no Córrego Macambira e Ribeirão Anicuns e neste estudo esta inserido um levantamento de Programas Habitacionais realizados em Goiânia até aquele ano, sendo um total de 7, conforme descritos abaixo.

#### **PROGRAMA HABITAR BRASIL, 1998**

Constituído de construção de 732 unidades habitacionais com recursos do Ministério das Cidades e Tesouro Municipal.

#### **PROGRAMA HABITAR BRASIL, BID (PROJETO DOM FERNANDO)**

Esse programa estava, naquela época em andamento e previa o benefício a 934 famílias com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Tesouro Municipal.

O projeto contemplou a transferência de 236 famílias para conjunto habitacional e a permanência das 698 restantes lugares onde moravam, recebendo benefícios como a regularização fundiária, melhorias habitacionais e treinamento na área de geração de emprego e renda, atendendo direta e indiretamente 934 famílias. O programa foi implantado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Governo Federal (Ministério das Cidades).

#### **PROGRAMA PRÓ-MORAIDIA/97, JARDIM GOIÁS**

Foram 559 famílias beneficiadas que ocupavam área de risco no Jardim Goiás com financiamento da Caixa Econômica Federal.

#### **PROGRAMA PRÓ-MORADIA/97, CIDADE LEGAL**

Construção de 480 apartamentos e regularização fundiária beneficiando 2008 famílias com recursos do FGTS e Tesouro Municipal.

#### **PROGRAMA CONSTRUINDO VOCÊ**

Construção de 270 alicerces com recursos do Tesouro Municipal e do Governo do Estado.

#### **PROGRAMA MORAR LEGAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Regularização de 8.500 imóveis com recursos do Tesouro Municipal.

#### **PROGRAMA HABITAR BRASIL (BID), PROJETO HABITAR CERRADO**

Construção de 434 unidades habitacionais com recursos do BID e Tesouro Municipal.

Além dos projetos citados acima, foram identificados no Plano Municipal de Habitação de Goiânia de 2010, em relatórios, folder de divulgação e demais documentos da Prefeitura Municipal de Goiânia, outros programas habitacionais, como o Projeto Goiânia Viva, que foi realizado em 1994 e objetivou a retirada de e 2.392 famílias da área de risco, por meio de parceria entre a Prefeitura, o Estado, Universidades, Institutos de Pesquisa, Empresas Privadas e ONGs.

Outros como Jardim do Cerrado, Residencial Santa Fé, Buena Vista, Mundo Novo, Orlando de Moraes Filho e Antônio Carlos Pires, lançados após o ano de 2007, sendo os programas de habitação mais recentes do município de Goiânia.

## **RESIDENCIAL SANTA FÉ I**

O Residencial Santa Fé I foi criado por um decreto no ano de 2008 e foi construído dentro do programa que visava atender famílias oriundas das áreas de risco da Vila Monticelli, Emílio Póvoa, Vila Coronel Cosme e Jardim das Aroeiras, sendo que as três primeiras estão inseridas no levantamento de áreas de risco da COMDEC.

O número total de edificações removidas dos dois locais somaram 100, sendo 32 edificações da Vila Monticelli e 68 do Setor Emílio Póvoa. Nos dois locais, as famílias conviviam com situações de risco de inundações no período de chuva. No Setor Emílio Póvoa, as residências estavam em área de posse urbana, por ser uma área ocupada irregularmente por diversas famílias, que apesar de consolidada, configura-se como área de risco por sua localização em terreno íngreme, às margens do Córrego Botafogo (fundo de vale).

## **BUENA VISTA**

O Programa Buena Vista foi criado com o objetivo de receber famílias vindas de diferentes locais, como Área de Preservação Permanente, leito de estrada de ferro, passagem da Leste-Oeste, Sistema Viário e área de risco, das quais, famílias de 200 edificações relocadas da Vila Coronel Cosme, famílias de 100 edificações do Jardim das Aroeiras, conhecido como Buracão e 40 do Setor água Branca, edificações que estavam localizadas em Área de Preservação Permanente. Todas estas consideradas áreas de risco pela Secretaria Municipal de Habitação, no entanto, apenas a primeira está inserida no diagnóstico da COMDEC- Coordenadoria Executiva da Comissão Municipal de Defesa Civil (2013). Segundo documento da Prefeitura Municipal de Goiânia, o programa contempla um total de 1.309 lotes, divididos em 3 etapas, sendo que famílias de outras áreas também foram beneficiadas. Portanto, famílias de 340 edificações de áreas de risco receberam casas neste programa.

## **JARDIM DO CERRADO**

O jardim do Cerrado é um programa do ano 2009 e foi dividido em 4 módulos, em um total de 2.356 lotes. As primeiras famílias beneficiadas com este programa não estavam inseridas em áreas de risco. No entanto, existe a previsão de relocação de famílias vindas do Setor dos Funcionários e Vila Novo Horizonte, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2). Estas duas áreas estão enquadradas em áreas de risco pela Secretaria Municipal de Habitação de Goiânia e, das duas, apenas o Setor dos Funcionários esta inserido no relatório de áreas de risco da COMDEC.

## **RESIDENCIAL ANTÔNIO CARLOS PIRES**

O Residencial Antônio Carlos Pires foi criado por um decreto de 2008, com recurso PAC 1 (Programa de Aceleração do Crescimento 1) – PPI Intervenções em Favelas, Ação 02 de apoio à Urbanização de Assentamentos Precários. Para esta área foram relocadas famílias de 51 edificações do Setor Balneário Meia Ponte e serão ainda encaminhadas famílias de mais 8 edificações do Parque das Laranjeiras, 45 do Negrão de Lima e 73 da Vila Bandeirantes, todos com recursos do PAC 1. Todos os locais citados acima são enquadrados como áreas de risco pela Secretaria Municipal de Habitação, entretanto, não estão inseridas no relatório da COMDEC, (2013). Este projeto também contemplou famílias vindas de outras áreas, como de locais com sistema viário, alta tensão e edificações que estão em área de interferência do Aeroporto.

## **PAC 2**

Existem mais ações, e que estão agora inseridas ao PAC 2 - Programa de Aceleração do Crescimento 2. Segundo o Relatório das Áreas de Recuperação e Remoção de Famílias-Urbanização de Assentamentos Precários da Secretaria Municipal de Habitação de Goiânia, locais como a Vila Finsocial, que apesar de não constar na listagem das áreas de risco da COMDEC, apresenta residências em locais com características de risco, e segundo o Relatório do PAC 2, possui previsão de retirada de um total de 35 edificações a serem beneficiadas com casas no Jardim do Cerrado 1. O Setor dos Funcionários, que tem previsão de retirada de 22 edificações, com relocação para o Jardim do Cerrado 4. A vila Romana, com previsão de retirada de 10 edificações, e suas famílias serão levadas para o Residencial Santa Fé. E as famílias da Vila Novo Horizonte, que serão encaminhadas para o Jardim do Cerrado 3.



As informações relacionadas aos programas comentados acima, remetem a informação de que tem sido priorizadas nestes programas famílias provenientes de outros tipos de ocupações, na qual edificações em área de interferência do Aeroporto Santa Genoveva de Goiânia, ocupação de vias e de praça pública, loteamentos aprovados com irregularidades, ocupação em recuos de calçadas, em áreas públicas, áreas verdes e áreas prevista para implantação da Avenida Leste-Oeste são em maior número que as edificações em áreas de risco atendidas. Segundo relatório da Secretaria de Habitação de Goiânia – Relatório das áreas de recuperação e remoção de famílias – PAC 1, de um total de 18 áreas para intervenção inseridas no Relatório do PAC I, apenas uma é de área de risco. E no Relatório das áreas de recuperação e remoção de famílias – PAC 2, de um total de 11 áreas, apenas 2 estão inseridas no relatório da Defesa Civil. Sendo poucas as famílias de áreas de risco catalogadas pela COMDEC beneficiadas em programas habitacionais, Quadro 3.

**Quadro 3: Resumo das áreas beneficiadas com programas habitacionais.**

Nº	Setor	Programa
01	Vila Roriz	Não contemplado em programas da prefeitura.
02	Vila Maria Rosa	Não contemplado em programas da prefeitura.
03	Norte Ferroviário	Não contemplado em programas da prefeitura.
04	Setor Urias Magalhães	Não contemplado em programas da prefeitura.
05	Conjunto Caiçara	Não contemplado em programas da prefeitura.
06	Vila Monticely	Santa Fé
07	Vila Romana e Vila Bandeirante	PAC 2, Santa Fé
08	Setor Perim	Não contemplado em programas da prefeitura.
9	Invasão Emilio Pova	Santa Fé
10	S. dos Funcionários	PAC 2 (Jardim do Cerrado 4)
11	Vila Coronel Cosme II	Santa Fé e Buena Vista
12	Vila Fernandes	Não contemplado em programas da prefeitura.
13	Bairro Capuava	Não contemplado em programas da prefeitura.
14	Região Do Córrego Fundo	Não contemplado em programas da prefeitura.
15	Vila Santa Efigênia	Não contemplado em programas da prefeitura.
16	Setor Grande nRetiro	Não contemplado em programas da prefeitura.
17	Vila Maria Luiza	Não contemplado em programas da prefeitura.

## CONCLUSÕES

As informações levantadas permitiu observar que apenas cinco das 17 áreas diagnosticadas pela COMDEC como áreas de risco em Goiânia foram ou serão beneficiadas por algum programa de moradia da prefeitura de Goiânia, conforme Quadro 3 apresentado. Outras áreas contidas em documentos da Secretaria de Habitação de Goiânia, referidas como áreas de risco, não são apresentadas no relatório da COMDEC, como é o caso da Vila Finsocial. O que pode ser justificado pela ausência de um trabalho em conjunto destes dois órgãos.

Observa-se dessa forma, que muitos programas são direcionados a famílias de outras áreas. Como pode ser evidenciado mais uma vez, ao levantar a inexistência de família de áreas de risco nos programas Orlando de Moraes, Mundo Novo e Antônio Carlos Pires.

Vale ressaltar ainda que, na maioria das vezes, estes novos locais de moradia são entregues as famílias sem infraestrutura básica, apesar de a legislação federal, a Lei de Parcelamento do Solo, Lei nº 6.766 de 1979, estabelecer a necessidade de infraestrutura básica, contemplada por escola, área pública para convivência do idoso e CMEI. Na prática, isto é influenciado pelo número de ocupações, demanda e a disponibilidades dos equipamentos em outros bairros próximos a estes locais. Situação esta identificada em áreas que já foram entregues as famílias a mais de quatro anos e que só agora estão sendo beneficiadas com estas estruturas.

Assim, os resultados obtidos neste trabalho podem servir de subsídio para a melhoria da abrangência dos programas de habitação popular, visando de certa forma, priorizar as famílias que se encontram em áreas de risco. Ressaltando também que, muitas vezes a remoção das famílias, seja elas em áreas de risco ou não, não são bem sucedidas devido a fatores como resistência das famílias em saírem do local e os processos judiciais, dificultando desta forma o agir do poder público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALCANTARA-AYALA, I. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disaster in developing countries. *Geomorphology*, v.47, p.107-124, 2002.
2. BENSON, C.; CLAY E. J. Disasters, Vulnerability and the Global Economy. In: KREIMER, A.; ARNOLD, M. (ed.) *The Future Disaster Risk: Building Safer Cities*. Disaster Risk Management Series n. 3, Washington, D.C. 2003. p. 3-32.
3. CRED - Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. *Annual Disaster Statistical Review 2011. The numbers and trends*. Institute of Health and Society (IRSS) Université catholique de Louvain – Brussels, Belgium, 2013.
4. CRED CRUNCH- Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. *Disaster Data: A Balanced Perspective*, Issue Nº. 31, Research Institute Health & Society (IRSS), Université catholique de Louvain – Brussels, Belgium 2013.
5. COMDEC - COORDENADORIA EXECUTIVA DA COMISSÃO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA. *Planilha de Áreas de Risco em Goiânia*, Goiânia-GO, 2013.
6. COSTA, E. T. B. P. Vulnerabilidade e Resiliência de População Transferida de Área de Risco Ambiental para Área Urbanizada - Região Noroeste de Goiânia – GO. *Dissertação de Mestrado*. Programa em Ciências Ambientais e Saúde. Departamento de Biologia e Biomédicas. Universidade Católica de Goiás, p. 146, Goiânia, 2009.
7. DBO ENGENHARIA. *Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Macambira – Anincus*, Goiânia, 2004.
8. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Censo Demográfico*. Disponível em: << <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>>>. Acesso em: 08 de jul. 2013.
9. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. *Governo Federal. 6º Balanço, 2011-2014, Ano II*. Disponível em: << <http://www.pac.gov.br/>>>. Acesso em 08 de jun. 2013.
10. OLIVEIRA A. F, et al., *Democracia e Planejamento Territorial: Desenvolvimento urbano de Goiânia e Planos Diretores Participativos na RMG*. Ateliê Geográfico. *Revista Eletrônica*, vol. 4, nº 3 UFG-IESA, p. 107 – 126, Goiânia, 2010.
11. PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *Plano Municipal de Habitação*. Goiânia-GO, 2010.
12. PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *Relatório das áreas de recuperação e remoção de famílias – PAC 1*, Goiânia-GO, 2013.



13. PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Relatório das áreas de recuperação e remoção de famílias – PAC 2, Goiânia-GO, 2013.
14. PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Relatório das áreas de recuperação e remoção de famílias assentadas no Residencial Santa Fé . Goiânia-GO, 2013.
15. SEGPLAN – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Estatísticas Municipais. Disponível em:<<  
[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica\\_bde.asp](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica_bde.asp). Acesso em 08 de jul. 2013.
16. SIMÕES, J.G.G. et al., Análise do risco de enchentes e inundações na Av. Cristiano Machado, Belo Horizonte, MG., Edição Especial 2, V.1, N.5 Revista Geonorte, p.867 – 880, 2012.
17. TRAN HUU BICH et al. Impacts Of Flood On Health: Epidemiologic Evidence From Hanoi, Vietnam. Global Health Action, 2011.